



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º	PUBLIADO NO D. O. U.
C	De 29/03/1999
C	ST
	Rubrica

Processo : 13603.000088/96-92  
Acórdão : 201-71.415

Sessão : 17 de fevereiro de 1998  
Recurso : 104.734  
Recorrente : MÓDULO S/A  
Recorrida : DRJ em Belo Horizonte - MG

**IPI - ESTRUTURAS METÁLICAS** - A reunião de produtos, partes ou peças de que resulte uma edificação, não está sujeita à incidência do IPI, mas estes produtos, partes e peças, estão sujeitos à incidência do imposto, conforme parágrafo único do art. 4º do RIPI/82. **ISENÇÕES - ART. 45, INCISOS VI, VII e VIII** - Foram revogadas pelo art. 41, § 1º, do ADCT da CF/88. **INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA** - Compõe a base de cálculo o valor das matérias-primas remetidas pelo encomendante ao industrializador quando ocorre a hipótese prevista no § 4º do art. 14 da Lei nº 4.502/64, com a redação dada pela Lei nº 7.798/89. **INCONSTITUCIONALIDADE** - Não compete à instância administrativa decidir acerca de constitucionalidade de leis ou atos normativos. Precedentes do Colegiado. **Recurso a que se nega provimento.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**MÓDULO S/A.**

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em negar provimento ao recurso.** Vencidos os Conselheiros Geber Moreira e Sérgio Gomes Velloso.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 1998

Luiza Helena Galante de Moraes  
**Presidenta**

Expeditor Terceiro Jorge Filho  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Rogério Gustavo Dreyer, Serafim Fernandes Correa, Valdemar Ludvig e Jorge Freire.

CHS/CF/GB



Processo : 13603.000088/96-92

Acórdão : 201-71.415

Recurso : 104.734

Recorrente : MÓDULO S/A

## RELATÓRIO

Trata-se de lançamento de ofício por infração à legislação de regência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

Por bem descrever os fatos, adoto o relatório da decisão recorrida, o qual leio para conhecimento do Colegiado.

O lançamento foi julgado parcialmente procedente através da Decisão nº 11170.2.490/97-31, cujos fundamentos, em resumo, reproduzo:

1. a ação fiscal se revestiu das formalidades previstas no art. 10 do Decreto nº 70.235/72;

2. as isenções dos incisos VI, VII e VIII do art. 45 do RIPI/82 foram revogadas pelo art. 41, § 1º, do ADCT da CF/88, e a prova disso se dá através do art. 3º da Lei nº 8.673/93, que restabeleceu tais incentivos e foi vetado pelo Chefe do Poder Executivo, e o Decreto nº 551/92 que reduziu para zero as alíquotas dos produtos anteriormente alcançados pela isenção;

3. só se restabelece o que fora revogado ou suspenso, portanto, não há dúvidas acerca da revogação dos incentivos a partir de 05/10/90;

4. a parcela referente aos descontos incondicionais não pode ser excluída da base de cálculo, em face do disposto no art. 15 da Lei nº 7.798/89, que deu nova redação ao art. 14 da Lei nº 4.502/64;

5. a alegação de constitucionalidade não pode ser decidida no foro administrativo, visto que a matéria é privativa do Poder Judiciário;

6. quando há industrialização por encomenda, a base de cálculo deve obedecer o disposto no art. 15 da Lei nº 7.798/89 que deu nova redação ao art. 14 da Lei nº 4.502/64, portanto, o valor da matéria-prima empregada na industrialização deve compor a base de cálculo, pois o produto industrializado por encomenda não foi destinado para comércio, não foi empregado na industrialização ou acondicionamento de produtos tributados e não se tratava de insumos usados;



Processo : 13603.000088/96-92

Acórdão : 201-71.415

7. não há industrialização na montagem das estruturas metálica, em face do disposto no art. 4º, inciso VIII, do RIPI/82, mas o parágrafo único do mesmo artigo impõe a tributação das partes, peças e produtos utilizados nas operações de que tratam o citado inciso;

8. que a reclamante faz jus aos créditos indicados na forma do art. 309 do RIPI/82;

9. reduz-se a multa aplicada, em face do disposto no art. 45 da Lei nº 9.430/96.

Inconformada com a decisão singular, a recorrente interpôs, tempestivamente, recurso voluntário, onde, em resumo, alega:

1. que é um absurdo exigir-se IPI na devolução de matérias-primas quando da industrialização por encomenda, pois o que está sujeito à tributação é a mão-de-obra, porém, no caso em questão, a mesma foi isenta, em face do disposto no art. 45, incisos VI, VII e VIII, do RIPI/82, que não foi revogado pelo art. 41, § 1º, do ADCT da CF/88;

2. que a montagem de uma estrutura não está sujeita à incidência do IPI, pois se trata de um contrato de empreita cujo objetivo é a prestação de um serviço, sujeito à incidência do ISS. Nesse sentido foi a decisão do STJ no RE nº 40.356-SP em relação à incidência do ICMS nos fornecimentos de pré-moldados;

3. as isenções previstas nos incisos VI a VIII do art. 45 do RIPI/82 não foram revogadas pelo art. 41, § 1º, do ADCT da CF/88, pois a construção civil não é atividade setorial e a isenção não é um incentivo fiscal. Como prova de suas alegações cita os Acórdãos nºs 201-69.655 e 201-69.656;

4. quanto ao desconto, argui que a Lei nº 7.798/89 não poderia alterar o CTN, que é uma lei complementar. A matéria relativa à base de cálculo tem que ser tratada por lei complementar e não por lei ordinária;

5. requer a reforma da decisão singular.

No recurso não há referência à parte da autuação relativa à revenda de insumos adquiridos de terceiros para nova industrialização ou revenda.

Não há audiência da Procuradoria da Fazenda Nacional nos autos, por ser a lide inferior a R\$ 500.000,00.

É o relatório.



Processo : 13603.000088/96-92  
Acórdão : 201-71.415

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR EXPEDITO TERCEIRO JORGE FILHO

Argúi a recorrente que efetuou contrato de empreitada com algumas empresas e que tais contratos objetivaram a prestação de um serviço, a montagem de estruturas metálicas, o que estaria sujeito, unicamente, à incidência do ISS. Como prova de sua tese trouxe à colação a decisão proferida pelo Egrégio STJ no RE nº 40.356-SP.

A autuada efetuou contratos com algumas empresas para montar estruturas metálicas. Cabia à autuada fabricar as estruturas metálicas e montá-las de acordo com projeto de arquitetura apresentado pelas contratantes.

A contratante fornecia a matéria-prima necessária para a fabricação das estruturas metálicas. A contratada (Módulo) fabricava as estruturas metálicas e as montava.

A operação de fabricação das estruturas metálicas não era realizada no local da obra.

É incontestável que a operação de montagem realizada pela recorrente não está no campo de incidência do IPI, em face do disposto no inciso VIII do art. 4º do RIPI/82, aprovado pelo Decreto nº 81.981/82.

Porém, a fabricação de produtos, partes e peças necessárias para montagem da estrutura metálica, está incluída no campo de incidência do IPI, em face do disposto no parágrafo único do art. 4º do RIPI/82.

A empresa defende a tese de que as isenções dos incisos VI, VII e VIII do art. 45 do RIPI/82 não foram revogadas pelo art. 41, § 1º, do ADCT da CF/88.

Em oportunidades pretéritas, ao relatar processos relativos a esta matéria, defendi a tese de que tais isenções não haviam sido revogadas pelo citado art. 41, § 1º. Porém, revejo o meu posicionamento em face do disposto no art. 3º da Lei nº 8.673/93.

Dispunha aquele artigo, que foi vetado pelo Chefe do Poder Executivo, que:

*"Art. 3º - É restabelecida a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI:*

*I - quando se tratar de casas e edificações pré-fabricadas, bem como os componentes relacionados pelo órgão competente do Poder Executivo, que se destinem à montagem desses produtos e sejam fornecidos diretamente pela indústria de edificações pré-fabricadas;*



Processo : 13603.000088/96-92

Acórdão : 201-71.415

*II - quando se tratar de preparações, vigas e os blocos de concreto, inclusive os pré-moldados, bem como as estruturas metálicas, relacionadas ou definidas pelo mesmo órgão, destinados à aplicação em obras hidráulicas e de construção civil."*

Como se vê, o próprio Poder Legislativo tratou de resolver a questão acerca da revogação ou não das isenções de que tratam os incisos VI, VII e VIII do art. 45 do RIPI/82. Não resta mais dúvida de que tais isenções foram revogadas pelo art. 41, § 1º, do ADCT da CF/88, pois se assim não fosse, não haveria sentido o Poder Legislativo procurar restabelecê-lo.

Não bastasse tal argumento, é de se ressaltar que o Decreto nº 551/92 reduziu a zero a alíquota do produto de classificação 9406.0004.99, que é o produto fabricado pela recorrente, o que seria desnecessário, caso a isenção persistisse. Também cabe ressaltar que a Exposição de Motivos nº 329, de 03.09.92, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, admite, textualmente, no seu item 7, que as isenções relativas aos incisos VI a VIII do art. 45 do RIPI/82 foram consideradas revogadas a partir de 05.10.90, em decorrência do disposto no art. 41, § 1º, do ADCT.

Discorda da inclusão das matérias-primas enviadas pelo encomendante ao industrializador para a realização da operação industrial por encomenda na base de cálculo.

A Lei nº 7.798/89, em seu artigo 15, que deu nova redação ao artigo 14 da Lei nº 4.502/64, no seu parágrafo 4º, determinou que fosse acrescido ao valor da operação o valor das matérias-primas, quando ocorresse a situação ali prevista, que é o caso dos autos.

Quanto à pretensa constitucionalidade da Lei nº 7.798/89 por determinar que os descontos entram na base de cálculo do IPI (art. 15 que deu nova redação ao art. 14 da Lei nº 4.502/64), ferindo, assim, o art. 146, inciso III, alínea "a", da CF/88, a matéria não pode ser discutida no foro administrativo, visto que este Conselho tem decidido de forma reiterada que somente ao Poder Judiciário compete apreciar a matéria relativa à constitucionalidade de lei ou atos normativos.

Com essas considerações, voto pelo não provimento do recurso.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 1998

EXPEDITO TERCEIRO JORGE FILHO